

BARRAGEM DE POILÃO ARRANCA

As obras de construção da barragem de Poilão, Santa Cruz, devem começar dentro de dias, com o lançamento da primeira pedra sobre a qual se vai edificar a primeira barragem de retenção de Cabo Verde. Mas persiste a contenda com a Igreja Católica, que, agora, quadruplicou o valor do terreno onde vai ser construída a infra-estrutura.

O governo assinou ontem, 18, com a empresa chinesa Yuan Da o contrato para a execução da barragem de Poilão. A data do arranque das obras ainda não está definida, mas tudo indica que deverá acontecer dentro de dias.

Para já, quase tudo está a postos para o início do projecto: os 50 técnicos chineses que vão trabalhar na sua construção já cá estão e já foi feito o levantamento topográfico do terreno. Resta, no entanto, resolver a contenda com a Igreja Católica, que decidiu quadruplicar o valor do terreno. Avaliado pelo governo em cerca de 10 mil contos, os 10 hectares pertencentes à Igreja - ao todo a barragem ocupará 12,5 hectares - foram agora valorizados pela Diocese em cerca de 40 mil contos. As negociações devem continuar durante estes dias, mas, segundo fontes deste jornal, o governo, em último caso, poderá expropriar o terreno, alegando utilidade pública. **"O executivo tem um prazo até o final deste mês para garantir todas as condições para o início das obras"**, diz uma dessas fontes.

Enfim, começa a ganhar corpo um sonho antigo, em especial dos agricultores cabo-verdianos, que todos os anos se vêem impotentes para conter a enorme carga de água que se perde no mar durante a época das chuvas. E, neste sentido, a barragem de Poilão vem precisamente **"recompensar"** o agricultor e requalificar a agricultura em Cabo Verde, país com graves carências de água.

O projecto de construção desta barragem existe há vários anos, mas só agora vai sair do papel. Tido como **"emblemático"**, o mesmo vai custar 4 milhões de dólares (cerca de 400 mil contos) e é inteiramente financiado pela Cooperação Chinesa.

Com 18 metros de altura, 150 metros de comprimento e largura bastante para zonas pedrestres e circulação de veículos (jipes), a barragem de Poilão deverá reter 1,2 a 1,7 milhões de metros cúbicos de água, além de suscitar uma albufeira que se prevê resistir pelo menos 150 anos. Outrossim, a barragem deverá, ainda, além de duplicar a área irrigada (actualmente em 200 hectares) e provocar um micro-clima na zona, com claros benefícios para a actividade agrícola nas imediações da barragem - vai empregar cerca de 200 trabalhadores locais. A construção dessa infra-estrutura será altamente intensiva e deverá ficar concluída dentro de nove meses, ou seja, em Setembro de 2005. Hermínio Silves

TACV voa para BISSAU

A transportadora aérea nacional retoma a ligação com a Guiné-Bissau a partir de 04 de Dezembro próximo. Os voos serão efectuados com um ATR 42 - 300, 46 lugares económicos, no percurso Praia/Dacar/Bissau e Bissau/Dacar/Praia no mesmo dia. O preço dos bilhetes entre as duas capitais deve rondar os 200 euros, cerca de 20 contos.

Com mais esta operação, a TACV - Cabo Verde Airlines alarga o seu mercado para a costa ocidental do continente africano. Esperança Rivera, da direcção Comercial, afirma que **"a empresa vai acompanhar a operação e ver como reage esse mercado"**. Mas, para já, a expectativa da empresa é marcar presença no mercado da Guiné-Bissau. **"Penso que a médio e longo prazo, a TACV poderá alimentar as suas rotas para a Europa e América a partir de Bissau"**, revela esta responsável comercial.

Isolados do mundo

Numa altura em que já ninguém vive sem telecomunicações, Cabo Verde está praticamente isolado do mundo desde segunda-feira, 15. É que, uma vez mais, houve rombo no cabo submarino que nos mantém ligados ao mundo. Por isso, quem tem a sua vida e negócios a depender desse moderno meio de comunicação está aflito, ainda que a Cabo Verde Telecom tenha conseguido restabelecer parcialmente as ligações com o exterior.

O rombo no cabo submarino aconteceu na manhã de segunda-feira, a 3,5 kms da Praia, segundo informa um comunicado da Cabo Verde Telecom. O responsável por isso é um barco de pesca que operava nessa zona do arquipélago.

"Esta situação", explica a CVT, **"teve como consequência a redução significativa da capacidade de escoamento de tráfego internacional, verificando-se algum constrangimento nas comunicações de voz e interrompendo a ligação internacional de Internet"**.

A CVT acrescenta que serão necessários 14 dias para retomar a normalidade. Tempo demasiado longo, mas a equipa que irá reparar o cabo avariado, assim



como a referida embarcação, vêm de Curaçao, uma ilha do Caribe.

Por causa deste contratempo, todos os que têm a sua vida e negócios a depender dos modernos meios de comunicação estão aflitos, ainda que a CVT tenha, através do satélite, recuperado parcialmente o sistema. Apesar disso, as chamadas te-

lefónicas do e para o exterior, bem como o serviço de internet, têm-se mostrado particularmente difíceis neste período. A versão online de **A Semana** é, inclusive, uma das vítimas da avaria do cabo submarino, pelo que a direcção do jornal aproveita para solicitar a compreensão dos seus leitores nestes dias de **"panne"** na Internet.

PREÇOS caem em Outubro



Os preços baixaram em Outubro. Segundo um comunicado do Instituto Nacional de Estatística, o Índice de Preços no Consumidor desceu para 185,3 por cento, ficando num nível inferior ao verificado em Setembro que foi de 186 por cento.

A taxa de variação mensal caiu para -0,4 por cento a nível nacional. Na Praia esse indicador foi de -0,9 por cento e nas Zonas Rurais -0,4 por cento. São Vicente foi o único ponto de consumo a registar um indicador positivo (0,4 por cento).

O mesmo se verificou na Taxa de variação homóloga. Este indicador fixou-se em 2,9 por cento em São Vicente, enquanto na Praia registava -0,7% e nas Zonas Rurais -1,5%. A nível nacional a variação homóloga parou em -0,6 por cento.

De acordo com o INE, a taxa de inflação manteve-se praticamente igual à de Setembro, -2,2 por cento. Na Praia, a taxa de variação dos últimos doze meses atingiu -2,34 por cento, nas Zonas Rurais fixou-se em -2,7 por cento e em São Vicente subiu para -0,03 pontos percentuais.

DEFINIDO MODELO DE PRIVATIZAÇÃO DA ENAPOR

No sector portuário as operações comerciais serão alvo de concessão aos operadores privados. O Estado continuará pois a ser o único proprietário das infra-estruturas básicas, como cais e terraplenos. No entanto, ainda não há uma data certa para a conclusão do processo de privatização da actividade portuária em Cabo Verde.



Cais e terraplenos INALIENÁVEIS

Apenas os serviços comerciais portuários serão concessionados a operadores privados, no processo de privatização definido pelo Governo para a Enapor. As infra-estruturas, como os cais e terraplenos existentes nas nove ilhas habitadas, continuarão a ser património público, inalienável, e gerido por uma empresa estatal, que poderá ou não manter o nome Enapor.

Este modelo, segundo Franklim Spencer, é diferente de todos os outros processos anteriormente realizados em Cabo Verde e que levaram à privatização das empresas estatais. É que se antes os anteriores processos de privatização permitiram a entrada dos interesses privados no capital social das empresas públicas o caso da actividade portuária, explica o gestor da Enapor, o Estado permanecerá como único proprietário das infra-estruturas básicas, colocando em "praça" unicamente as operações desenvolvidas nos Portos de S. Vicente, Santiago e Sal, as infra-estruturas consideradas mais apetecíveis em termos comerciais. Nos restantes seis portos - situados em Santo Antão, Boa Vista, S. Nicolau, Maio, Fogo e Brava - o esquema passa pela celebração de contratos de gestão com os privados, em que as infra-estruturas serão entregues com todo o seu pessoal e equipamentos, mediante uma renda anual a ser paga ao Estado.

"Neste momento, a Enapor é proprietária das infra-estruturas portuárias, exerce a actividade de Autoridade Portuária, vende serviços a terceiros, actua no domínio da regulação, elabora as tarifas, assessora o governo na legislação, enfim é quase tudo dentro do sector. No futuro, a empresa, ou o Estado, continuará a ser gestora das infra-estruturas mas as operações serão executadas pelos privados. Por outro lado, e por uma questão de transparência e separação de poderes, a regulação económica será feita pela ARE - Agência de Regulação Económica - enquanto que a regulamentação técnica ficará sob a dependência do futuro Instituto Marítimo", explica Franklim Spencer.

Spencer só não quer avançar o timing para o término do processo de privatização da Enapor, por uma questão de prudência, mas acre-

ditada que a parte técnica, que está a ser elaborada pelo consultor norte-americano Booz Allen & Hamilton, poderá ficar pronta até finais de 2005. "Só que não será possível finalizar e assinar o contrato de concessão, e entregar as operações ao vencedor enquanto a parte de regulamentação não estiver elaborada". E aponta como exemplo do que não pode acontecer no sector portuário o caso do sector das telecomunicações, em que a privatização foi consumada sem que a agência reguladora estivesse dotada de capacidade institucional, o que deu azo a sucessivas reclamações dos utentes sobre a razoabilidade das tarifas telefónicas. "Deve-se evitar este vazio até porque o sector portuário é ainda mais complexo do que o das telecomunicações, na minha opinião", diz o responsável da Enapor.

No relativo à privatização da Enapor, existem dois tipos de processo que estão a decorrer em terrenos paralelos: a parte referente à concessão dos serviços comerciais - que pode ficar pronta em 2005 - e outra "mais delicada" que é a regulação institucional. Estima-se que este segundo capítulo poderá consumir dezoito meses de trabalho ao consultor externo.

Entre 15 e 20 empresas sediadas na América, Europa e Ásia constam de uma lista actualizada, elaborada pela Booz Allen, como potenciais interessadas no processo de privatização do sector portuário cabo-verdiano. Para Franklim Spencer, este nível de interesse é normal pois "Cabo Verde goza de boa localização geográfica, tem estabilidade política, ambiente credível de negócio e possui uma legislação bastante atractiva ao investimento externo".

DANÇA DOS TÉCNICOS PORTUÁRIOS

O período de concessão das actividades portuárias nos portos de S. Vicente, Sal e Santiago poderá oscilar entre os 15 e 25 anos, a depender do caderno de encargos estipulado pelo Governo. Como enfatiza Franklim Spencer, o prazo será maior consoante o volume de investimentos exigido. Quanto aos contratos de ges-

tão, modelo estabelecido para o segundo grupo de portos, não deverá ultrapassar os cinco anos de vigência. Mesmo assim, o Estado poderá obrigar o gestor privado a fazer pequenos investimentos, nomeadamente em equipamentos, capazes de serem amortizados nesse espaço de tempo. Findo o contrato, este pode ou não ser renovado com o interessado.

A entrada do privado no sector portuário poderá provocar uma deslocação de operacionais afectos à Enapor para as novas unidades. Spencer prevê uma manifestação de interesse natural por parte dos futuros operadores na contratação de técnicos pertencentes ao quadro administrativo da empresa. Mediante esse cenário, defende que a hipotética contratação de funcionários deverá ser alvo de negociação prévia.

"Com certeza que o privado é mais exigente na contratação dos trabalhadores. Admitamos que haja excedente de pessoal por causa da privatização, nesse caso o Governo dispõe de mecanismos para diminuir o impacto social", diz Franklim Spencer, que acredita na possibilidade dos operadores privados virem a contratar mais de metade do efectivo da Enapor para as suas operações. Quanto ao resto do pessoal adianta que uma parte vai continuar afectada à Enapor, outra parcela poderá ser disponibilizada ao Instituto Marítimo.

O Estado deverá manter ou aumentar o seu volume de receitas após o processo de concessão. Como Franklim Spencer afirma, a privatização não poderá jamais representar uma perda financeira nem diminuir o poder de investimento estatal no sector portuário. Na sua perspectiva, a concessão só poderá vir a servir os interesses de Cabo Verde se permitir a entrada de operadores sérios, com capacidade de investimento e de gestão. E uma das áreas que, a seu ver, vai necessitar de muitos investimentos é a dos equipamentos.

Além de continuar como gestora da infra-estrutura básica, a futura Enapor vai manter uma relação estreita com os operadores privados e o Estado, apoiando o governo na planificação e promoção das políticas para o sector portuário.

Kim-Zé Brito

OLHARES

EDUCAÇÃO para a vida

Esta semana vivi uma cena que, em muito, ilustra o relatório da Unesco no quesito referente à qualidade do ensino em Cabo Verde. À saída da escola, um grupo de meninas seguia, em passo acelerado, atrás de uma outra cujo rosto mostrava que estava de mal com o mundo. E acabava de sair da sala de aula, local onde, para além de aprender a tabuada e a soletrar palavras, era suposto que aprendesse a viver melhor, consigo mesma e com os outros.

A certa altura, a tal menina de mal com a vida, com não mais de 12 anos, vendo que a outra não reagia aos seus insultos, palavras que certamente não aprendeu na sala de aula, partiu para a guerra física. Qual bandido bem rodado na lógica da violência, ela apanhou, no chão, uma garrafa para atacar a colega.

Fazia os ensaios finais para tornar-se numa assassina aos 12 anos quando eu e uma outra senhora intervimos. Foi uma luta para separar as meninas que, diante de tanta violência, de crianças só tinham o facto de uma delas estar a trajar a bata que as identifica com o ensino primário. Ao redor, as outras colegas a pedirem mais, mais violência.

Esta cena, que se repete todos os dias à saída das nossas escolas, faz-me mais uma vez questionar a quantas vai a nossa educação. E se todos sabemos que, apesar de tanto investimento feito no sector, muitas crianças chegam ao ensino secundário sem saber escrever o próprio nome, a minha preocupação com o sector vai para além da gramática e da tabuada.

A cena registada esta semana no bairro do Brasil, e que não parou com a nossa intervenção - foi continuar uns quarteirões mais à frente -, mostra que o nosso ensino não anda a preparar os jovens e as crianças em habilidades para a vida, para serem cidadãos, promoverem a paz, respeitar os direitos dos outros e procurar que os seus direitos sejam respeitados.

É verdade que a escola não é a única responsável em passar às crianças e aos jovens essas habilidades. Penso que é aqui que está a grande questão. É preciso responsabilizar os pais e encarregados de educação nesta matéria. E hoje, mais do que nunca, o sector da educação tem a faca e o queijo nas mãos para levar os pais a participarem na educação dos seus filhos, aproximando-se mais das escolas.

Hoje, para a grande maioria dos alunos do básico, a escola dá merenda, faz acompanhamento a nível da saúde; dá batatas, transporte escolar e material a um grupo significativo. Muitas vezes, os pais dessas crianças sequer aparecem na escola para saber do seu filho, já que têm a ideia de que o que seu educando recebe é apenas resultado de uma obrigação dos outros, dos professores, do Ministério da Educação, enfim, do Estado.

A situação se repete, igualmente, a nível do secundário. Há escolas a fazerem esforços para garantir um lanche mínimo aos alunos mais carentes, professores e responsáveis de direcção a pedirem uniforme e material usado para beneficiar aqueles que não têm, alunos a terem transporte e propina pagas. E, na grande maioria dos casos, os pais e encarregados de educação não dão nada em troca, nem sequer um muito obrigado.

Como o que é de graça não tem valor, acredito que, mesmo quando à educação se refere, já está na hora de levarmos as pessoas a entenderem que para cada direito adquirido, por merecimento ou não, existem certos deveres. Caso contrário, uma grande fatia da nossa sociedade vai continuar achando que educação é responsabilidade dos outros. E o governo, através de recursos dos parceiros internacionais, ou valendo-se dos impostos dos contribuintes, vai continuar investindo em meninas como a que tentei evitar que se tornasse uma assassina aos 12 anos. Meninas e rapazes cujos pais, com certeza, nem dão pelo desvio dos filhos.

MP

CONSTRUÇÃO SILVA ABANDONA OBRAS PÚBLICAS

Pilhagem e Estado em m

—Por: ALIRIO DIAS DE PINA—

Responsáveis da Construção Silva Lda. abandonaram a empresa e estão inacabados quatro centros de saúde financiados pela União Europeia, além de mais de 50 trabalhadores. Estes, aflitos, resolveram apoderar-se de materiais das obras de Tira-Chapéu e da Achada Grande Trás. Em maus lençóis parece estar em risco de perder o dinheiro que adiantou à empresa para que esta pudesse reanunciar desde o início este jornal alertou para o facto de um dos gestores da construção ter retirado 30 mil contos que o Estado havia disponibilizado para o avanço dos trabalhos avaliada em 177 mil contos. O SISCAP já pediu a intervenção das autoridades para a defesa dos direitos dos empregados da empresa, maioritariamente imigrantes da costa atlântica para a próxima semana, uma tomada de posição pública sobre esse dossier, que



A Construção Silva Lda. pode estar a protagonizar mais um caso de calote ao Estado de Cabo Verde. Os gerentes desta empresa lusa abandonaram o país e deixaram por concluir quatro centros de Saúde na Praia, todos financiados pela União Europeia. Conforme o acordo celebrado, a firma ganhou o concurso público para construir, na Praia, os centros de Saúde de Tira-Chapéu, Ponta-de-Água, Achada Grande Trás e Achada Santo António, todos financiados pela UE. O valor total da em-

preitada está estimado, segundo as nossas fontes, em 177 mil contos CVE. Os trabalhos de construção desses centros arrancaram a 27 de Julho de 2003 e deviam ser entregues a 1 de Setembro deste ano. Ou seja, as obras já estão com dois meses de atraso em relação ao prazo inicial estipulado para a sua entrega.

Como agravante, está o facto de dois dos administradores lusos terem saído do país, deixando o caos atrás de si. Um deles, o administrador-residente, José Brandão Martinho, sem dar cavaco a ninguém, abandonou a empresa e seguiu, há mais de um mês, rumo a Portugal, onde vive neste momento. O outro, Miguel Rocha, alegadamente também administrador-residente, afinal vive em

Portugal. Conclusão: **“A empresa está em estado de abandono. O administrador José Brandão Martinho disse-nos que nada mais tem a fazer com a empresa e que os trabalhadores podem fazer o que bem entenderem”**, conta Manuel Paixão, o ainda director da empresa.

Tanto o governo como o SISCAP dizem estar preocupados com tal situação, que provocou, a meio desta semana, um verdadeiro tumulto de trabalhadores nos centros sociais de Tira-Chapéu e da Achada Grande Trás. **“Porque estão com dois meses de salários em atraso, os trabalhadores apoderaram-se de algum material de cofragem, areia e de alguns blocos retirados nos centros de Saúde dessas localidades. Eles danifi-**

caram também uma betoneira, retirando-lhe o motor e as outras peças”, descreve Paixão.

Este engenheiro de profissão avança que a vizinhança chegou a pedir a intervenção da polícia, mas que, mesmo assim, não foi possível conter a fúria dos empregados, abandonados à sua sorte. São na sua maioria emigrantes da vizinha costa ocidental africana, nomeadamente da Guiné-Bissau e do Senegal. Aproveitando-se da situação, populares anónimos e alheios às obras trataram também de participar no acto.

CONTRATO E JUSTIÇA

A mesma fonte destaca que o colectivo

maus lençóis

fora de Cabo Verde. Para trás deixam de dívidas, incluindo salários em atraso materiais de cofragem e equipamentos nas obras. O Estado de Cabo Verde, que corre o risco de não poder realizar os trabalhos de construção. Aliás, a directora ter retirado do banco o montante de 177 mil contos. A construção dos cinco centros está em risco. O trabalho no sentido de defender os interesses da comunidade ocidental africana. O governo promete, mas não sabe se poderá desembocar em acção judicial.



da firma, em número superior a 50, está com dois meses de salários em atraso. Como consequência, os guardas abandonaram os serviços de vigia que vinham fazendo nos quatro centros de Saúde ficando estes à mercê de actos de vandalismo praticados por pessoas desconhecidas. **“O valor dos equipamentos que a empresa tem em Cabo Verde chegaria, pelo menos, para pagar os salários em atraso dos trabalhadores. O problema é saber quem decidirá pela alienação desses equipamentos, estando os donos da empresa refugiados em Portugal”.**

O presidente do Sindicato da Indústria, Serviços, Comércio e Administração Pública (SISCAP), no qual a maioria dos trabalhadores está filiada, avançou que solicitou à

Direcção-Geral do Trabalho diligências no sentido de intervir nesse processo. **“A situação é grave, porque os trabalhadores estão abandonados à sua sorte. Ou seja, os principais responsáveis da empresa estão ausentes do país e ordenaram aos trabalhadores para irem receber os seus salários no Ministério das Infra-estruturas e Transportes. Mas estes têm contrato com a Construção Silva, para a qual trabalham”**, salienta Julião Varela.

Também em situação complicada parece estar o Estado de Cabo Verde, que corre o risco de perder uma parte do adiantamento dos 177 mil contos, cedida inicialmente ao empreiteiro da obra. A questão pode tomar contornos melindrosos, por se tratar de um financiamento da União Europeia. Isto para além de pôr em causa a construção dos referidos centros sociais cuja utilidade pública é conhecida.

O director-geral das Infra-estruturas diz reconhecer que a Construção Silva se encontra numa situação irregular perante o Estado de Cabo Verde, só pelos simples factos de paralisar as obras. Carlos Dias deixou entender que este caso poderá ir parar às barras do tribunal, mas escusou-se, por ora, a avançar mais detalhes sobre esse dossier, que diz ser complexo. **“Estamos a analisar esse dossier e a partir de segunda-feira anunciaremos que medidas vamos tomar para salvaguardar os interesses nacionais”.** Só que, diante dos factos, fica difícil pensar em medidas que possam impedir que o Estado não saia a perder de mais este imbróglie envolvendo empresas estrangeiras no país.

O mesmo se espera no tocante à protecção dos quatro centros de Saúde em abandono, já que os de Tira-Chapéu e da Achada Grande foram, no dizer de sindicalistas, objecto de autêntica pilhagem nos dias 15 e 16 deste mês. É que, segundo o DGI, uma equipa de trabalho criada para o efeito está a fazer um levantamento no terreno, após o qual serão definidas as medidas a serem tomadas para conservar esses equipamentos sociais.

De salientar que edição de 26 de Dezembro de 2003, este jornal já havia alertado as autoridades nacionais para desvios de fundos e situação de abandono em que se encontrava a Construção Silva. Na altura, responsáveis do MIT tentaram, igualmente, passar a ideia de que a situação estava sob controlo. A empresa em causa é de capital maioritariamente português (94%) e vinha operando em Cabo Verde, sob o comando de José Brandão Martinho e Miguel Rocha. Este último sempre viveu em Portugal e é presidente do Conselho de Administração. Conforme um responsável, consta que a firma já foi vendida por duas vezes, sem que nenhum dos compradores a tivesse recebido. O primeiro negócio terá acontecido com o português Rui Silva, empresário do Porto, e o segundo com Miguel Rocha, o até há bem pouco tempo administrador residente da mesma firma em Cabo Verde.

MARINE CLUB DE PORTAS FECHADAS



Um enredo INDECIFRÁVEL

Cotado como um dos melhores empreendimentos turísticos de Boa Vista e Cabo Verde com uma arquitectura arrojadada e engravada nas rochas, o Hotel Marine Club continua com as portas fechadas - as funções estão suspensas desde Abril último - e não há informações sobre as razões que ditaram esse **“entorpecimento”** prolongado da unidade. Apenas os guardas, os únicos sobreviventes entre centenas de trabalhadores indemnizados, e alguns turistas que por lá passaram, testemunham uma época áurea. O proprietário, Explorer, encontra-se na Europa a tentar trespassar o hotel - enquanto o sindicato, a Inspeção do Trabalho, e a Direcção-Geral de Desenvolvimento Turístico estão totalmente no escuro.

O encerramento em Abril passado do Hotel Marine Club surpreendeu pouca gente na ilha das dunas - **A Semana** noticiara na sua edição 645 com o título **“Ambiente explosivo no Marine Club”** a difícil situação laboral da unidade devido às mudanças frequentes de gerência e à uma taxa de ocupação muito baixa. Mas o que ninguém imaginava era que o fecho seria por tempo indeterminado. Na altura, os responsáveis desta unidade hoteleira justificaram a suspensão das actividades com a realização de obras de remodelação e/ou ampliação da infra-estrutura e prometiam retomar as suas funções em Julho, isto é, dois meses após a cessação do funcionamento.

Volvidos seis meses, o representante do Sindicato dos Trabalhadores da Boa Vista, Silvestre Brito, não tem nenhuma informação concreta sobre esse empreendimento turístico que num passado recente empregou mais de uma centena de pessoas. **“Os ex-trabalhadores acreditam que o proprietário esteja a adiar a reabertura do hotel para resolver alguns problemas. É certo que o hotel já não tem compromisso com esses trabalhadores, que receberam a sua indemnização, mas existe uma esperança de contratação, logo que retome as funções, mesmo que com outro patrão”**, indica Brito.

E é com base nesta expectativa que Silvestre Brito diz ter escrito uma missiva à Direcção-Geral do Trabalho pedindo uma orientação, ainda sem resposta. Enquanto isso, prossegue, o tempo corre - primeiro fixaram o mês de Julho para reabrir, depois Setembro, e agora Novembro caminha para o seu término -, sem que se vislumbre uma luz. **“Sabemos que existe uma pessoa que paga o salário dos guardas. Desconheço se ela tem mais informações da gerência mas, na ilha, circulam rumores de que o proprietário esteja na Europa a tentar trespassar a unidade”.**

A única responsável pelo Marine Club no país admite alguma responsabilidade para com os seguranças da unidade hoteleira mas, frisa, não está autorizada a falar com a comunicação social. Ademais, prossegue Janice Almeida, **“não tenho nenhuma informação sobre a re-**

abertura ou não do hotel”. Já a Direcção-Geral do Trabalho confirma que recebeu uma carta do Sindicato questionando sobre o Hotel Marine Club, mas repassou o caso à Inspeção porque entendeu ser esta a entidade mais indicada para tratar do assunto. A Inspeção admite, por seu turno, que mantém contacto com o hotel e que, inclusive, se deslocou à ilha das dunas para constatar a situação **in loco** e ficou de retornar, o que deverá acontecer logo que tiver o aval da tutela.

A directora-geral do Turismo, Filomena Ribeiro, também está no escuro relativamente ao Marine Club. Entretanto vai dizendo que, segundo informações não oficiais chegadas à DGD, os promotores do investimento trespassaram o hotel, uma nova sociedade deverá assumir a unidade. Os actuais **“donos”** são italianos com interesses na ilha do Sal. **“A lei obriga os proprietários a informarem a DGD da sua intenção. Mas este é um dossier estranho porque nunca sabemos quem contactar. Enquanto precisamos de nós para solicitar utilidade turística ou outro documento do seu interesse, por exemplo, procuram-nos. Adquirem o projecto, falam bonito e logo depois já querem trespassar. Isso significa que não vieram para fazer investimento, apenas negócio”**, observa.

Filomena Ribeiro está, no entanto, confiante de que a nova lei de utilidade turística traga alguma disciplina para o sector, além de esclarecer algumas situações anómalas. **“A nova lei de utilidade turística obriga o investidor a prestar contas, sob pena de lhe serem retirados todos os benefícios. E se isso acontecer, o investidor terá de devolver ao Estado os benefícios que usufruiu anteriormente”**, completa esta responsável.

E OS DONOS...

Enquanto isso, e pelas informações recolhidas pelo **Cifirão**, os actuais proprietários do Marine Club Boavista Cabo Verde encontram-se na Itália a tentar alienar o hotel, após uma tentativa falhada de fazer negócio com um operador estrangeiro da ilha do Sal.

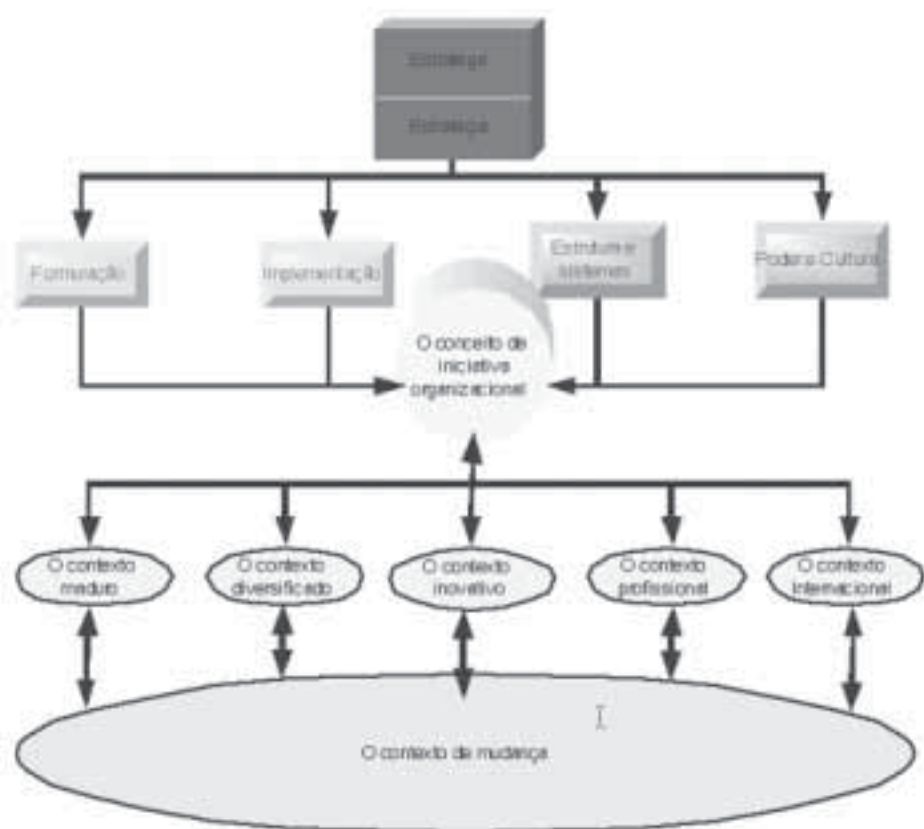
Mas esta é uma narrativa antiga que já produziu vários gestores e alegados proprietários. **A Semana** trazia na sua edição de 23 de Janeiro de 2004 informações prestadas por um ex-director da unidade que dizia, relativamente à propriedade do hotel, que uma outra sociedade passara a gestão do Marine Club para a Predial, empresa que acertou as contas com os trabalhadores e entregou o empreendimento à **“Explorer”**. Esta, por alegada incompetência, faliu. Entretanto, apareceu um novo operador turístico, a Alpitur, que assumiu o hotel mas não assinou contrato com os trabalhadores, que nem sequer sabiam quem era o seu empregador.

Constância de Pina

Estratégia e inovação

A evolução das estratégias organizacionais tem posto em evidência a importância do contexto interno na escolha das alternativas que se apresentam às Organizações. Continua a não poder existir uma estratégia organizacional se não houver um leader com poder, capaz de promover a sua formulação, uma cultura organizacional adequada ao desenvolvimento organizacional e se não existirem as estruturas, sistemas e processos que concorram para a efectivação da estratégia definida. Mas o que as recentes alterações económicas, políticas, tecnológicas e sociais puseram em evidência, foi a extrema interdependência da iniciativa empresarial do contexto em que a estratégia se aplica.

Autoria: * LUÍS DOS SANTOS FERREIRA



O contexto envolvente da actividade das Organizações condiciona, de forma cada vez mais decisiva, a sua "atitude" estratégica.

O que se apresenta como inovador é a forma como a interface entre o ambiente externo e o contexto organizativo, se desenvolve e tem evoluído para garantir a adaptação da Organização às novas condicionantes.

A análise da evolução das Organizações põe em evidência as alterações verificadas.

Numa primeira fase foi decisivo um contexto que favorecesse o empreendedorismo, fase que caracterizou o desenvolvimento das Organizações durante a revolução industrial e que ainda hoje marca o aparecimento das novas empresas.

A evolução das jovens organizações levou ao seu amadurecimento e garantiu a sobrevivência das mais eficientes.

O aparecimento de novas necessidades e o aumento da procura levou a uma diversificação das actividades das Organizações e, num desenvolvimento conseqüente e natural, ao aumento da especialização e profissionalização dos seus dirigentes e dos recursos humanos.

O desaparecimento ou atenuação de muitas barreiras, a maior facilidade de comunicação e a globalização da economia facilitou a fase de Internacionalização das Organizações.*

A economia cresceu e aumentaram as exigências dos consumidores por aumento do seu poder de compra e por maio-

res expectativas de melhorias do seu nível de vida.

Contudo e mais recentemente, verifica-se que a economia mundial regista um crescimento muito lento, ou entra em estagnação.

Deixa de ser possível manter o crescimento das organizações com base na expansão dos Mercados e a rivalidade e a concentração empresarial aumentam e surgem problemas estratégicos complexos que exigem resposta adequada.

As grandes empresas que atingem posições de liderança bloqueiam a possibilidade de crescimento das pequenas e médias empresas promovendo desta forma a estagnação do tecido empresarial.

Qual a resposta possível a esta situação?

A análise das empresas que evoluem de forma positiva desde que a presente situação de crescimento económico muito reduzido se implantou, nomeadamente desde 2001, indicia que essas empresas conseguiram criar um contexto interno inovativo, originando bens e serviços que responderam a necessidades do mercado ainda mal satisfeitas ou que resolveram problemas internos que lhes aumentaram a competitividade.

Gerir as actividades correntes é melhorar o que se faz usando técnicas e conhecimentos que já estão dominados, enquanto a Gestão da Inovação é o caminho para o desconhecido, que implica a

adopção de novas atitudes e propósitos.

Mas esta atitude e determinação exigem novos conhecimentos, capacidades e competências aos seus leaders e quadros dirigentes.

Inovar exige a escolha, implementação e gestão de projectos, que decorram em simultâneo com as actividades correntes, cada vez mais ameaçadas de retracção, porque se baseiam em produtos e serviços com um ciclo de vida cada vez mais curto ou ameaçados por uma concorrência feroz logo que se transformam em "commodities".

Inovar exige aos dirigentes novas atitudes e novos conhecimentos e competências em acumulação com as capacidades de manter a actividade corrente.

Exige o conhecimento de novas metodologias e técnicas, uma capacidade de adaptação à mudança muito maior e mais rápida e um estilo de liderança que impulse a criatividade.

Gerir a inovação é promover a realização do desconhecido, que se prevê vir a ser a garantia do futuro das organizações.

A Agência da Inovação portuguesa (AdI) tornou público, através de declarações do seu presidente, um estudo efec-

tuado num universo de PME's com actividade em Portugal nos últimos cinco anos, de 1998 a 2002. Esse estudo mostra claramente que as empresas que desenvolveram projectos inovadores garantiram o seu futuro, aumentaram a sua massa crítica e a sua estabilidade, enquanto as empresas que não desenvolveram projectos perderam massa crítica e, após três anos sem inovarem produtos ou processos, entraram em queda.

A Organização sem projectos é uma Organização que está a caminhar para o seu desaparecimento, a curto ou médio prazo.

Tudo indica que para as PME's o dilema é claro: ou inovam desde já, ou desaparecem no médio prazo.

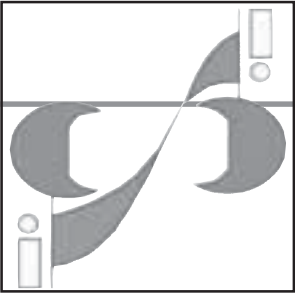
* Consultor, especialista em gestão estratégica, comercial, financeira e sistemas de informação, possui elevada experiência nacional e internacional.

Tem igualmente experiência de consultoria e formação nos PALOP: Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Consultor permanente da MundiServiços desde 1988.

NOTA: esta temática irá ser desenvolvida pelo autor no seminário promovido pela MundiServiços a realizar no próximo dia 30-11-04 subordinado ao tema "Estratégia e Inovação".

Contexto Interno	O estratégia	A estratégia	A estrutura, os sistemas e os processos	O poder e a cultura
Empreendedorismo	Leader com visão de Mercado	Agilidade, contínua num produto e/ou num mercado.	Simplicidade, informal, control informal.	Leader determinado, autocrático. Cultura hierárquica.
Amadurecimento	Delegação funcional	Defensiva	Burocrática, segregação de sistemas e processos.	Poder delegado, Cultura do "quinta".
Diversificação	Leader de equipas	Novos produtos, novos mercados	Adaptada a cada elemento diversificado	Clique de dirigentes, ligação às equipas
Profissionalização	Leader de especialistas	Eficiência, melhoria contínua	Sistemas e processos integrados, controlo eficiente	Poder do "Clube", cultura baseada no sentido de pertença
Internacionalização	Leader de equipas dispersas	Adaptada a cada mercado.	Tendência para "tallé para todos".	Poder repartido, cultura orientada para os objectivos
Inovação	Leader de gestores de projectos.	Evolutiva	Estrutura por Projectos	Poder partilhado, cultura orientada para os objectivos



IDEIAS & NEGÓCIOS

Página da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento

Ministro da Economia visita Guiné-Bissau em Dezembro

A visita do Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade à Guiné-Bissau começa a 4 de Dezembro, dia em que a TACV vai inaugurar o voo directo entre Praia e Bissau. O voo semanal e parte da capital cabo-verdiana aos sábados.

A visita de João Pereira Silva é, para a CCISS, mais um sinal da vontade do governo de Cabo Verde no relançamento das relações económicas e empresariais com a Guiné-Bissau.

A CCISS quer participar nesse processo e, por isso, está a organizar, em parceria com a Câmara de Comércio de Barlavento, uma missão empresarial para acompanhar o Ministro da Economia a Bissau.

O interesse das Câmaras de Comércio não é de agora. O presidente da CCISS, Orlando Mascarenhas, e o seu homólogo de Barlavento, Manuel Monteiro, acompanharam o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Victor Borges, na visita que este realizou à Guiné em Junho deste ano.

Nessa altura foi assinado um protocolo com a Câmara de Comércio da Guiné-Bissau, a única que existia na altura. Mais recentemente, em Macau, no quadro da 9ª Feira Internacional dessa região chinesa que se realizou em Outubro, as Câmaras de Comércio cabo-verdianas voltaram a estar lado a lado com as duas Câmaras de Comércio que actualmente



existem na Guiné Bissau. As quatro assinaram com a organização macaense "Assistência Internacional para os mercados lusófonos" um "Protocolo de Intenções" que estabelece os princípios que devem nortear as relações de cooperação entre as partes signatárias. A promoção conjunta de acções de formação, a troca de informação sobre oportunidades de negócios e convites para participação em eventos de carácter empresarial que tenham lugar nos respectivos países são algumas áreas abrangidas pelo "Protocolo de Intenções".

A visita de 4 de Dezembro a Guiné-Bissau será aproveitada para conhecer de perto as "Jornadas de Oportunidades de Negócios e Investimento" que o Ministério do Comércio, Indústria, Turismo e Artesanato daquele país, pretende organizar em Dezembro. Essas jornadas deveriam ter acontecido de 18 a 24 de Outubro, mas foram adiadas devido ao levantamento militar de 6 de Outubro.

Resolvida a questão da ligação aérea directa entre Praia e Bissau, as atenções do empresário nacional viram-se, agora, para o sector dos transportes marítimos.

A composição da missão empresarial ainda não é conhecida, mas nela deverão participar importadores interessados na madeira e produtos agrícolas e operadores da área das pescas.

AGENDA DO EMPRESÁRIO

Cooperação empresarial

De 1 a 3 de Dezembro terá lugar em Luanda, Angola, um "Encontro de cooperação empresarial entre a China e os Países de Língua Portuguesa". Na agenda uma abordagem sobre a execução do Plano para a Cooperação Económica e Comercial adoptado em Outubro do ano passado no quadro do Primeiro Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua portuguesa que teve lugar também em Macau.

O segundo dia do encontro é inteiramente dedicado a esclarecimentos sobre as oportunidades de negócios em Angola, Brasil, China, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Cabo Verde.

A organização do encontro de Luanda deixou bastante espaço para uma Bolsa de Negócios e contactos empresariais.

Os operadores de Sotavento que queiram participar no encontro de Luanda devem encaminhar a sua inscrição através da CCISS.

FIC 2004

De 1 a 5 de Dezembro a cidade da Praia acolhe a 8ª Feira Internacional de Cabo Verde. Estão inscritas 40 empresas de Cabo Verde, Canárias, Brasil e Portugal. No total haverá 61 stands que ocupam um total de 450 metros quadrados.

Paralelamente à FIC 2004 haverá um programa de actividades paralelas, entre as quais conferências sobre temas de interesse económico.

EUROMARKET FÓRUM 2004

Iniciativa anual do Centro Europeu de Pesquisas de Mercado, a edição deste ano do EuroMarket Fórum vai incidir sobre a "Promoção e Financiamento em Mercados em Expansão" e realizar-se-á em Bruxelas de 12 a 14 de Dezembro.

O Centro Europeu de Pesquisas de Mercado (EMRC) é uma associação internacional estabelecida em 1992 com o objectivo de promover e desenvolver relações comerciais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Desde a sua criação o Centro já realizou mais de oito fóruns com a participação de mais de 10 mil executivos, peritos e membros de governos europeus, africanos e asiáticos.

Com o EuroMarket Fórum 2004 pretende-se demonstrar a importância de parcerias entre os sectores público e privado na sustentabilidade a longo prazo de mercados emergentes e em expansão.

Durante os três dias, os participantes terão oportunidade de se encontrar com directores de várias instituições nomeadamente financeiras, como o Banco Mundial, a Comissão Europeia e Institutos de Investigação.

Os administradores e gestores nacionais interessados em participar nesse Fórum estão ainda a tempo de fazer a sua inscrição junto da CCISS.

Empresários crioulos no Brasil

A partir de hoje e até ao próximo dia 26 inicia-se mais uma visita de empresários nacionais ao Estado brasileiro do Ceará. É uma iniciativa conjunta das duas Câmaras de Comércio, a de Sotavento e a de Barlavento, e nela participam trinta empresários dos sectores alimentar, construção civil, serviços e transportes marítimos.

A organização desta visita é uma resposta ao desejo de muitos empresários que, devido ao número limitado de vagas, não puderam estar presentes no último Encontro de Negócios Cabo Verde/ Ceará, que aconteceu em Fortaleza, capital desse Estado brasileiro, em Setembro. Esse segundo encontro, como, aliás, o primeiro do ano passado, foi organizado pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Ceará com o apoio do Governo desse Estado, do Serviço brasileiro de apoio às

Micro e Pequenas Empresas e da Atlantic Shipping Company.

A visita que começa hoje tem como objectivo essencial aprofundar ainda mais as relações comerciais, que são neste momento muito boas, entre Cabo Verde e o Ceará. Basta dizer, e isso é um dado seguro, que Cabo Verde vai, ainda este ano, importar do Ceará mercadorias no valor de 2 milhões de dólares, números três vezes maiores que o valor da importação registada durante o primeiro semestre deste ano e quase quatro vezes os 568 mil dólares de 2003.

Esse aumento é o resultado das mais de 360 rondas negociais efectuadas pelos 20 importadores cabo-verdianos com os 80 empresários cearenses durante o II Encontro de Negócios Cabo Verde/ Ceará realizado em Fortaleza.

de melhor às necessidades dos associados e tem hoje um staff de 11 pessoas, incluindo o Secretário-geral, Manuel Joaquim Lima.

No início, em 1996, a Direcção da CCISS dispunha apenas de um reduzido número de colaboradores a tempo inteiro. Avelino Bonifácio Lopes, o anterior Ministro do Economia, Crescimento e Competitividade, era Secretário-ge-

A 15 de Novembro de 1995 foram aprovados os estatutos e eleitos os corpos gerentes da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, cujo presidente, Orlando Mascarenhas, está a cumprir o quinto mandato consecutivo.

Nestes nove anos de existência a CCISS cresceu muito, dispõe de uma sede que respon-

ral, e José Carlos Delgado, actual Presidente do Tribunal de Contas, o assessor jurídico. Mas toda a burocracia e expediente eram assegurados por Ângela Maria Sapinho, actual técnica da Secção de Comércio Exterior, que era a Secretária-Executiva e Maria do Carmo, assistente administrativa, que hoje lida com o projecto "Crescimento e Competiti-

vidade". A CCISS contava ainda com a colaboração de Madalena Neves, actual Ministra do Ambiente, Agricultura e Pescas, que coordenava a área da formação.

A construção de uma sede própria no próximo ano deve ser a grande prioridade da próxima Direcção da CCISS. Pelo menos é este o desejo do actual Presidente Orlando Mascarenhas.

FELIZ ANIVERSÁRIO

Fundos Europeus beneficiam empresas cabo-verdianas

O Centro de Desenvolvimento Europeu, através do programa Proinvest, acaba de disponibilizar, com efeitos a partir de Janeiro de 2005, cerca de 127 mil dólares para financiar um projecto de parceria entre empresas cabo-verdianas e as de países do sul da Europa. A iniciativa abrange unidades dos sectores de ecoturismo e da agro-indústria e enquadra-se no programa de luta contra a pobreza em curso em Cabo Verde. A vantagem do referido projecto está, conforme perspectivam envolvidos no processo, na possibilidade que as empresas nacionais terão de acessar às modernas tecnologias operadas no norte e que serão transferidos directamente das suas parceiras do sul da Europa.

O citado programa arrancará a partir de Janeiro, pondo à disposição das unidades industriais parceiras - de Cabo Verde, França, Itália e Espanha - um montante de 127 mil dólares, para que implementem iniciativas empresariais duráveis e vantajosas.

Para a Câmara de Comércio de Barlavento, que representa o CDE em Cabo Verde, o mais importante neste projecto não é a quantidade de fundos disponibilizados aos empresários, mas sim as tecnologias modernas que as empresas do sul da Europa poderão pôr à disposição das suas congéneres cabo-verdianas.



A mesma fonte destaca que o objectivo principal do projecto é o de favorecer a luta contra a pobreza em Cabo Verde, desenvolvendo actividades económicas com base nos recursos nacionais. O Proinvest visa, em termos específicos, promover o desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas nos sectores do eco-turismo e da agro-indústria tradicional. Isto com recurso a uma cooperação durável e inter-empresas dos referidos países do sul da Europa e de Cabo Verde. O mesmo pretende, também, criar ferramentas de cooperação,

informação e promoção que facilitem o desenvolvimento do sector privado nos países contemplados.

E, para conseguir tais objectivos, os promotores da iniciativa estimam desenvolver várias actividades. Uma delas tem a ver com a realização de reuniões sectoriais de parceria em Itália, França, Espanha e Cabo Verde. Também está a montagem de projectos inter-empresas em cada um desses países. Isto sem contar com missões de empresários cabo-verdianos rumo ao sul da Europa, para aí estabe-

lecerem parcerias com a suas congéneres desses países.

A Câmara de Comércio de Barlavento, enquanto antena oficial do Centro de Desenvolvimento Europeu em Cabo Verde, anuncia que vai organizar, em estreita sintonia com o recém-criado Gabinete do CDE para a África ocidental, duas acções de formação para qualificar os consultores em matéria de procedimentos e acesso aos financiamentos garantidos pelo CDE. Essas acções decorrerão, segundo Adriano Cruz, a partir de Janeiro, na Praia e no Mindelo. Palestras para sensibilizar os empresários nacionais sobre o aproveitamento do mesmo fundo serão também, segundo o secretário-geral da mesma Câmara, realizadas em todas as ilhas de Cabo Verde.

O Proinvest é um programa do grupo dos ACP (Estados da África, Caraíbas e Pacífico) que têm a União Europeia como parceira e, nesse âmbito os Estados da União se engajam não só para promover os investimentos como para transferir o seu **know how** e as novas técnicas para as empresas dos países ACP. Os principais parceiros deste projecto são a CCIASB (Cabo Verde), a Agência de Desenvolvimento de Tarn (França), Erobie Toscana Sud (Itália) e a CEEI (na região da Galizia, Espanha).

Alírio Dias de Pina

Sector imobiliário com novo estatuto

Houve um tempo em que o negócio relacionado com a venda ou o arrendamento de uma casa era feito entre quem tinha o imóvel e quem precisava de um lugar para morar ou estabelecer o seu negócio. Naquela altura os preços eram altos, a qualidade da oferta nem sempre era a melhor e o negócio imobiliário estava fadado a viver na corda bamba. Os tempos mudaram e o sector é hoje alvo de negócios a sério.

Ultrapassado o primeiro ano de existência, a IMOR dá sinais claros de que já não é novata no sector imobiliário. É a própria agilidade do mercado, e o facto de hoje haver mais oferta que procura - esta limitada pelo poder de compra -, que determinam a profissionalização no sector do negócio imobiliário.

A empresa, que começou com a intermediação de compra, venda e arrendamento, representa hoje a maioria das empresas que constroem no país. Como tal, estende a sua oferta aos emigrantes e aposta, também, na administração de imóveis e de condomínios.

Com essa oferta de serviços alargada, a Imor quer estar onde o cliente precisa. Um passo importante dado nesse sentido é a gestão da renda de casa. Hoje, com o serviço prestado por aquela imobiliária, o proprietário tem a vida facilitada se se entregar nas mãos do Imor: pode resolver a questão das rendas, poupar nas obras ou fazer valer o que está estabelecido no contrato quando a casa arrendada for devolvida.

Além disso, a Imor vem cuidando dos aspectos burocráticos que envolvem os negócios imobiliários, tendo para isso um departamento jurídico ao seu dispor. Algo que é ouro sobre azul, sobretudo para quem vive fora do país e tem no imóvel um investimento importante.

Mas uma aposta que parece ser, hoje, o grande desafio de José Santos Silva (foto), responsável da Imor, é a gestão de condomínios. Isto porque, segundo ele, **"ainda não faz parte da realidade do cabo-verdiano a gestão de condomínios. Nós queremos mudar isto, fazendo a gestão, as obras que se mostrarem necessárias, o embelezamento, etc"**, acabando, assim, com a figura do morador que é gestor do condomínio onde vive. Num mundo onde tudo é terciarizado, a Imor quer mostrar que quando gere todo o mundo fica descansado. Dá mais tempo a todos, para as coisas boas da vida.

Com outras cartas na manga, José Silva acredita, também, que num sector onde a concorrência também começa a fazer-se sentir, o marketing tem que estar presente. E aqui, diz ele, a Imor também está na dianteira, apesar do seu pouco tempo de vida. Sinal disso **"é que temos todos os nossos produtos disponíveis no nosso site"**.

José Silva não diz claramente, mas pelas apostas que faz, sente-se que, apesar do pouco poder de compra que impera nestes tempos que correm, e da concorrência que já existe no sector, ainda há muito espaço para ser ocupado no mercado imobiliário. Afinal é aqui que ele e a Imor estão a apostar para o bem e a tranquilidade de todos.

